

A GARANTIA DE PRIORIDADE COMPREENDE:

- atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção às pessoas idosas;
- viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio das pessoas idosas com as demais gerações;
- priorização do atendimento das pessoas idosas por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços às pessoas idosas;
- estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais; e
- prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

INFORMAÇÕES E DENÚNCIAS:
0800 41 0001

MAIS INFORMAÇÕES

DESENVOLVIMENTOSOCIAL.PR.GOV.BR
CEDI.PR.GOV.BR



**DÊ PREFERÊNCIA
À PESSOA IDOSA.**

É lei e deve ser
respeitada por todos.

RESPEITO, DIREITO E DIGNIDADE

De acordo com a Lei n.º 10.048/00, de 1º de outubro de 2003, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO E INDIVIDUALIZADO

É garantido à pessoa idosa o atendimento preferencial e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população. Este direito é previsto pelo Estatuto do Idoso e também pela Lei n.º 10.048/00 e pelo Decreto n.º 5.296/04 que a regulamentou.

Todas as pessoas idosas, acima de 60 anos, têm atendimento preferencial e devem ser atendidas antes de qualquer outra pessoa nos estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços à população, como: hospitais, clínicas, supermercados, cinemas, teatros, dentre outros. A lei assegura também um atendimento individualizado para a pessoa idosa, com funcionários capacitados e especializados para trabalhar com este público.

ACESSO PRIORITÁRIO AO TRANSPORTE PÚBLICO

A garantido à pessoa idosa também tem prioridade, garantida por lei, ao embarque no sistema de transporte coletivo. (art.42, Lei 10.741/03 – Estatuto do Idoso). Este direito permite à pessoa idosa, no momento do embarque, ter acesso imediato ao meio de transporte (ônibus, avião, metrô, trem, barca, navio, etc). A lei assegura, ainda, que sejam reservados aos idosos 10% dos assentos nos veículos de transporte coletivo, devidamente identificados com placa de “reservado preferencialmente para idosos” (art 39, § 2º, Lei 10.741/03 – Estatuto do Idoso).

